

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE: Reconhecimento e Efetivação

Luísa Zuardi Niencheski¹

RESUMO

O presente estudo dedica-se a questões relevantes no mundo jurídico que compartilham, na atual sociedade civil, a necessidade de serem investigadas de forma mais equilibrada. A corrida desenfreada pelo alcance da modernização, do progresso, da produtividade, impulsionada pela economia de mercado capitalista tem se mostrado incompatível com a diversidade da natureza e seu processo de regeneração. Nesse ínterim, o artigo evidencia a íntima relação entre os direitos humanos e o direito ao meio ambiente, reconhecido e positivado no âmbito jurídico constitucional e nos tratados e acordos internacionais, de forma a garantir o caráter vital da qualidade ambiental frente aos obstáculos da ordem econômica e a assegurar meios ao alcance do desenvolvimento sustentável. Com efeito, a pesquisa realizada concentrou-se no papel do Estado no adimplemento deste encargo, que é irrenunciável e representa a garantia de que a relação dialética entre os fenômenos naturais e a ação humana pode coexistir harmonicamente, de forma que se atinja a superação dos déficits ecológicos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direito Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Estado Socioambiental.

ABSTRACT

The present essay is dedicated to issues that are relevant to the current civil society and to the law area, need to be investigated more evenly. The wild race for modernization, progress, productivity, driven by the capitalist market economy, has proved to be incompatible with the nature diversity and its healing process. Furthermore, the study highlights the intimate relationship between human rights and the right to the environment, recognized under

¹ Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFRGS, bolsista Capes e pesquisadora do Centro para Direito, Globalização e Desenvolvimento, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Costa Morosini. Endereço eletrônico: luisa.niencheski@gmail.com

constitutional law and international treaties and agreements to ensure the sustainable environment and the vital character of environmental quality facing the economic obstacles. Indeed, the survey focus on the role of the state in the due performance of this charge, which is indispensable and is the guarantee that the dialectical relationship between natural phenomena and human action can coexist harmoniously, so that it reaches to overcome the deficits ecological.

Keywords: Human Rights. Environmental Rights. Sustainable Development. Environmental State.

1 INTRODUÇÃO

Não há tema mais urgente e importante no contexto dos direitos, tanto na ordem jurídica interna quanto na internacional, do que a proteção ao meio ambiente sadio e seguro, seja por compreender a consecução de condições fundamentais ao completo bem-estar humano, ao influenciar nos aspectos da saúde, da alimentação, da moradia, do saneamento básico, seja por promover a continuidade das espécies e do equilíbrio ecológico.

O direito ao meio ambiente, neste cenário, emerge como resposta à crise ecológica vivenciada a partir dos anos 70, momento no qual os países afetados diretamente por estes impactos ambientais, que ecoaram seus efeitos também na esfera econômica e humana, perceberam a necessidade da adoção de medidas preventivas que visassem evitar a poluição e as distorções nos ecossistemas. Direito este reconhecido como tendência internacional além de haver sido incorporado nos sistemas jurídicos internos ao edificar o compromisso do Estado e da comunidade na valorização dos bens naturais que asseguram o equilíbrio ecológico como direito fundamental.

Com efeito, em concomitância ao despertar da consciência internacional acerca da preservação ambiental, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, que propagava o consenso de que o meio ambiente estaria minimizado à concepção econômica ou de subalternidade direta dos interesses humanos, mostrou não ser mais uma opção para a sociedade moderna. Desta feita, o princípio do desenvolvimento sustentável passou a viabilizar a contemplação do aspecto econômico dentro da matriz ambiental. Portanto, falar da preservação ambiental sob a ótica do desenvolvimento econômico implica analisar a interdependência com os direitos humanos e é justamente o que propõe o presente artigo.

Através da revisão bibliográfica acerca da concretização dos direitos humanos, o artigo objetiva demonstrar a relevância do direito como um instrumento transformador da realidade internacional ao serviço da consecução da qualidade ambiental e, assim, de uma vida digna e saudável.

2 UMA APROXIMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

É inquestionável que a proteção dos direitos humanos ocupa hoje uma posição central na agenda internacional. Os direitos humanos, por constituírem a base normativa para a defesa e a promoção das condições de vida da comunidade internacional, incluindo neste quadrante a preservação ambiental, são um referencial indispensável para o reconhecimento de que os Estados não podem se eximir da obrigação fundamental de proteger a vida e a dignidade dos indivíduos.

Segundo a definição de Perez Luño os direitos humanos são um “conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, materializam as exigências da dignidade, liberdade e igualdade humana, as quais devem ser reconhecidas e positivadas pelos ordenamentos jurídicos a nível nacional e internacional.”² Por isso mesmo, Herrera Flores argumenta que os direitos humanos são produtos culturais que instituem ou criam as condições necessárias para implementar um sentido político forte de liberdade,³ a fim de proporcionar a todos o caminho próprio para a luta da construção da dignidade. No contexto da atual sociedade de riscos, tal dignidade está pautada em torno de um padrão ecológico, abrangendo a ideia de um bem-estar ambiental, capaz de assegurar “um patamar mínimo de qualidade ambiental para a concretização da vida humana em níveis dignos.”⁴

Os direitos humanos, assim, constituem legítimo interesse da civilização humana, pois se formulam segundo as condições sociais, econômicas e políticas, denotando o seu caráter de mutabilidade, suscetível de transformação e ampliação.⁵

² LUÑO, Antonio E. Perez. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitucion**. 5. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1995. p.48.

³ FLORES, Joaquín Herrera. **Cultura y Derechos Humanos: La Construcción de los Espacios Culturales**. In: MARTÍNEZ. Alejandro Rosillo [et al.]. *Teoría Crítica dos Direitos Humanos no Século XXI*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008. p. 263.

⁴ SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**. Estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011. p.39.

⁵ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Nova Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.52.

Pacífica a noção histórica que os direitos humanos encontram seu primeiro abrigo no liberalismo político que favorecia a proteção da liberdade individual. Nesta primeira dimensão, os direitos humanos “surtem como reação e resposta aos excessos do regime absolutista, na tentativa de impor controle e limites à abusiva atuação do Estatal”,⁶ representando a emancipação do poder político e econômico face ao arbitrário poder soberano dos Estados.

À medida que avançava o processo de industrialização, aqueles mais débeis, os desprivilegiados de toda a sorte, reivindicavam princípios e valores para além dos direitos individuais, isto é, intentavam corroer o denso subjetivismo imperante. Os chamados direitos sociais, doutrinariamente conhecidos como de segunda dimensão são “direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade”⁷ que prescindem da atuação positiva do Estado para a implementação das garantias básicas sociais. Os direitos econômicos e sociais, assim denominados, surgem como resposta à necessária intervenção positiva do Estado, “assegurando uma repartição equitativa das cargas e vantagens da sociedade, procurando conceder a todos os cidadãos um nível cada vez mais elevado de moralidade, cultura e bem-estar.”⁸

Sob esta perspectiva, Herrera Flores aponta o que pode ser chamado de “*malestar de la dualidad*”. Por um lado, a sociedade reivindicava uma esfera autônoma, livre de interferências e, por outro, a necessária ingerência estatal com o intuito de resguardo frente às conseqüências perversas do mercado capitalista.⁹ Deste modo, o doutrinador espanhol afirma que se denominam direitos humanos tanto os processos que asseguram a esfera de atuação autônoma do indivíduo, quanto os processos que combatem às implicações desta autonomia.

Ambas as gerações, no entanto, compartilham da semelhança consubstanciada na titularidade do homem, na sua individualidade, para o pleno exercício deste direito. Aspecto este que será diferenciador para o enquadramento dos direitos humanos de terceira dimensão, concebidos como de titularidade coletiva e “que expressaram o amadurecimento de novas exigências, como os do bem-estar e da igualdade não apenas formal, e que poderíamos

⁶ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010. p.143.

⁷ LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.127.

⁸ LUÑO, 1995. p. 121.

⁹ FLORES, Joaquín Herrera. Los Derechos **Humanos em el Contexto de la Globalización**: Tres Precisiones Conceptuales. In: RÚBIO, David Sánchez et al (organizadores). **Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p.69.

chamar de liberdade através ou por meio do Estado”¹⁰. Entre os direitos de terceira dimensão assume destaque o direito de viver em um ambiente livre de poluição, o direito humano a um meio ambiente saudável que beneficie as gerações presentes e futuras.

Com efeito, os direitos humanos correspondem à expressão de determinado momento histórico, “não um dado, mas uma construção, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução.”¹¹

Entretanto, a dignidade da pessoa humana, ponto de referência para o direito humano, “se viu rompida com a irrupção do fenômeno totalitário”¹² presente na 2º Guerra Mundial. A ideologia do terror, do medo, que propunha a legalidade totalitária, incitou o processo de ruptura do paradigma dos direitos humanos estabelecidos com a modernidade.¹³

Subseqüente às duras lições deixadas pelo holocausto, tornava-se iminente a reconstrução dos direitos humanos. Logo, o fenômeno da universalização dos direitos humanos, surgido “a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo”¹⁴ teve como expoente conformador a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Instrumento internacional reconhecido universalmente, a Declaração de 1948, fruto do trabalho da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, propôs uma abordagem integral dos direitos humanos, situando-os no mesmo plano de categorias de direitos.¹⁵ Daí se falar na indivisibilidade dos direitos humanos, ao tratar dos direitos civis e políticos em um mesmo patamar em que se abordam os direitos econômicos, sociais e culturais.

Os direitos proclamados nesta ocasião foram concebidos como inerentes à pessoa humana, anteriores e superiores às legislações escritas, e como tais antecedendo a todas as formas de organização política. Estes direitos, que não são enraizados aos ordenamentos jurídicos, estão positivados em documentos de direito internacional por fazerem referência:

[...] àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, [...] revelam um inequívoco caráter supranacional.¹⁶

¹⁰ BOBBIO, 2004. p.52.

¹¹ PIOVESAN, 2010. p. 96.

¹² LAFER, 2001. p.117.

¹³ LAFER, loc. cit

¹⁴ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: desafios na ordem internacional contemporânea**. In: PIOVESAN, Flávia (coord.). **Direitos Humanos**. vol.I, Curitiba: Juruá, 2006. p. 17.

¹⁵ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p.632.

¹⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 29.

As normas contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, eivadas de força jurídica vinculativa aos Estados membros, expressavam o valor de que deveriam ser observadas e cumpridas como fonte de direito internacional. Seu caráter universal apregoava que os preceitos nela contidos são aplicáveis a todas as pessoas, seja qual for o regime político dos países sobre os quais incide.

A partir disto, Piovesan afirma que, a despeito da polêmica a respeito dos seus fundamentos e da sua natureza, os direitos humanos podem ser enquadrados na concepção contemporânea na qual são concebidos como direitos indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.¹⁷ Na sua visão, o conjunto destes três elementos descaracterizam a separação das gerações dos direitos, de forma que “uma geração de direitos não substitui a outra”¹⁸. Isto é, os direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, em contraposição à perspectiva fragmentária dos direitos humanos, complementam-se uns aos outros, participando de uma constante dinâmica de interação.

Tanto que estes direitos foram proclamados em dois Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas,¹⁹ que em conjunto com a Declaração Universal, conformariam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos. Neste contexto, a complementaridade destes dois instrumentos de proteção aos direitos humanos no plano global e interno (através da consagração pelas Constituições) serviu de base à ação internacional e regional na salvaguarda dos direitos humanos.

Ao tratar desta multiplicidade de instrumentos que formam a unidade conceitual dos direitos humanos, como um todo harmônico, em que primam interesses coletivos, afirma Cançado Trindade:

Foi possível alcançar uma Declaração Universal no mundo profundamente dividido do pós-guerra; foi igualmente possível, em plena guerra-fria, adotar os dois Pactos de Direitos Humanos em votação à qual concorreram países tanto ocidentais quanto socialistas, com regimes econômicos antagônicos. Em meio a tantos antagonismos da época, foi possível afirmar a indivisibilidade de todos os direitos humanos.²⁰

Da mesma forma que os direitos humanos, os direitos fundamentais constituem estruturas conexas com os valores que uma sociedade considera básicos para a sua vida coletiva. Os direitos fundamentais são entendidos como os direitos humanos positivados nas Constituições de cada país, enquanto os direitos humanos situam-se no plano das declarações

¹⁷ PIOVESAN, 2010. p.13

¹⁸ Ibid. p.146.

¹⁹ Em 1966 a Assembléia Geral das Nações Unidas elaborou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

²⁰ TRINDADE, 2002. p.633.

e convenções internacionais.²¹ À luz desta perspectiva, “os direitos humanos referem-se ao ser humano como tal (pelo simples fato de ser pessoa humana) ao passo que os direitos fundamentais (positivados nas Constituições) concernem às pessoas como membros de um ente público concreto.”²²

Sarlet oportunamente averba “não há dúvidas de que os direitos fundamentais, de certa forma, são também sempre direitos humanos, no sentido de que seu titular sempre será o ser humano, ainda que representando por entes coletivos.”²³

O processo de formulação positiva dos direitos humanos surge também como uma exigência do direito internacional,²⁴ visto que a proteção dos direitos humanos fundamentais não se esgota na ação do Estado, muito menos é questão a ser regulada segundo o mero arbítrio estatal, convertendo-se, então, em um autêntico problema internacional. Ao lado dos entes estatais, as organizações internacionais, neste sentido, fazem parte dos instrumentos de garantia dos direitos humanos fundamentais, atuando para que a esfera de positivação dos direitos fundamentais situe-se acima do arbítrio dos Estados.²⁵ É com base nestas aproximações que a internacionalização dos direitos humanos fundamentais, enfatizando seu caráter universal e supraestatal, conduziu ao reconhecimento da titularidade social de determinados direitos, em função da pertinência a determinadas coletividades. Neste ponto, reside a consideração de uma tutela compartilhada e integrada dos direitos ecológicos de modo a interagir, efetivamente, para a consagração dos “valores básicos universais, a serem observados e seguidos por todos os Estados e povos.”²⁶

Assim, os direitos humanos expressam uma dimensão histórica vinculada, modificando-se “com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas.”²⁷ Por isso que Bobbio afirma “o que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas”²⁸ e, agora, o caráter global das questões ambientais torna possível o prestígio de sua especial salvaguarda por parte dos Estados.

²¹ LUÑO, 1995. p.31

²² SARLET, 2009. p. 31.

²³ Ibid. p. 29.

²⁴ LUÑO, 1995. p.125.

²⁵ Ibid. p.130.

²⁶ TRINDADE, 2002. p.640.

²⁷ BOBBIO, 2004. p.38.

²⁸ Ibid. p.38.

3 O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE COMO DIREITO HUMANO

Até poucos anos atrás, a problemática da degradação ambiental não figurava entre os objetivos dos variados setores da sociedade. Logo após a Segunda Guerra Mundial, com a maioria dos países sofrendo em razão de suas economias enfraquecidas, o objetivo mais importante estava centrado na manutenção da paz e na promoção da segurança internacional. Nesta época, preponderava a idéia da industrialização, da modernização, como fórmula única para engrenar o crescimento econômico, utilizando de forma indiscriminada os recursos naturais.

A preocupação com o esgotamento dos bens naturais, renováveis e não renováveis, era entendida, principalmente pelos países emergentes, como antinômicas ao desenvolvimento por representar tão “somente o meio de se garantir o estoque do capital natural como condição de sustentabilidade.”²⁹

No entanto, a partir do acontecimento dos graves acidentes ecológicos a temática ambiental foi trazida para o centro do debate político, obrigando os Estados a tomarem medidas destinadas a minorar os seus efeitos e exaltando as responsabilidades dos entes estatais, de forma conjunta, no enfrentamento dos problemas internacionais de caráter econômico, social e ambiental. A sociedade, em resposta, tornou-se mais compassiva com relação ao futuro da natureza e, concomitantemente a esse aumento de sensibilidade, foi surgindo uma “consciência de unidade fundamental do planeta.”³⁰

Neste cenário, constatou-se a reação dos direitos humanos, face às preocupações com a escassez dos recursos naturais, expressado através do reconhecimento de um “direito humano específico a um meio ambiente limpo e saudável”,³¹ dada a importância de se encontrar soluções a estes problemas que afetam, “em última análise os rumos e destinos do gênero humano.”³²

Os problemas decorrentes da proteção do meio ambiente, antes percebidos em um âmbito puramente local, alcançaram escalas nacionais e até internacionais, tornando-se

²⁹ LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na Sociedade de Risco**. 2. ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 161.

³⁰ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004. p. 43.

³¹ BOSSELMANN, Klaus. Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 73.

³² TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993. p.23

iminente, para fazer frente às ameaças mais amplas ao meio ambiente, a imposição de princípios de caráter globais direcionados aos Estados e à humanidade. Cançado Trindade assevera que diversas questões foram deslocadas do campo de responsabilidade dos Estados para se tornarem matérias de interesse internacional e, no entanto, hoje, “há questões globais, como a mudança climática e a diversidade biológica, que estão sendo erigidas como interesse comum da humanidade.”³³ Nesse sentido:

[...] as evoluções paralelas da proteção dos direitos humanos e da proteção ambiental revelam algumas afinidades que não deveriam passar despercebidas. Ambas testemunham, e precipitam, a erosão gradual do assim chamado domínio reservado dos Estados. O tratamento pelo Estado de seus próprios nacionais torna-se uma questão de interesse internacional. A conservação do meio-ambiente e o controle da poluição tornam-se igualmente uma questão de interesse internacional.³⁴

Se para os direitos humanos o momento de maior relevância ocorreu em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que objetivou delinear uma ordem pública mundial fundada nos valores básicos universais, pode-se afirmar que para o meio ambiente, o marco para a necessária regulamentação se deu a partir de 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que culminou no Relatório de Brundtland. Expressão das “primeiras iniciativas internacionais a alertar a opinião pública, pondo em causa os valores apregoados pela sociedade de consumo”,³⁵ a Conferência, ineditamente, apregou o direito humano específico a um meio ambiente saudável, abrangendo a idéia de que os atos de degradação ambiental violariam os preceitos destinados à proteção da vida e da dignidade humana.

Desde então, houve uma multiplicidade de instrumentos internacionais acerca da proteção ambiental, tanto que dois anos após a Declaração de Estocolmo, a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados das Nações Unidas, no artigo 3º “advertia que a proteção e a preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras constituíam a responsabilidade de todos os Estados.”³⁶ Posteriormente, em 1992, vinte anos após a proclamação da Declaração de Estocolmo, tomou lugar a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) que consolidou a proteção ao meio ambiente como essencial ao desfrute dos direitos humanos básicos. A Declaração resultante da ECO-92, no seu princípio 1º, seguindo esta tendência, afirma que

³³ TRINDADE, 1993. p 50.

³⁴ Ibid. p 39.

³⁵ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional Ambiental Português e da União Européia. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

³⁶ TRINDADE, op.cit., p.43.

“os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.”

O próprio Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, apesar de anterior à Declaração de Estocolmo, já evidenciava “a sua receptividade e abertura à tutela ecológica”³⁷ ao abordar, em alguns dos artigos, a vinculação do direito ao meio ambiente como garantia a uma vida humana com dignidade e bem-estar.

Nesta esteira de consagração do direito ao meio ambiente no sistema internacional, destaca-se, ainda a Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem, de 1993, que reafirmou o direito ao desenvolvimento dos povos de modo a satisfazer equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras.

Constata-se que a vinculação dos direitos humanos e do direito ao meio ambiente sadio e equilibrado contribui para a “evolução da internacionalização, com a globalização da proteção de ambos direitos referendados”,³⁸ concluindo que não há como se tutelar o direito humano à vida, sem salvaguardar o meio em que a vida se desenvolve.

Bosselmann assegura que os:

[...] direitos humanos e o meio ambiente estão inseparavelmente interligados. Sem os direitos humanos, a proteção ambiental não poderia ter um cumprimento eficaz. Da mesma forma, sem a inclusão do meio ambiente, os direitos humanos correriam o perigo de perder sua função central, qual seja, a proteção da vida humana, de seu bem-estar e de sua integridade.³⁹

Como parte de uma globalização da proteção ambiental e dos direitos humanos, Medeiros aponta o “entendimento da interação desses dois direitos como representantes do direito fundamental à vida”,⁴⁰ direito este que deve ser tutelado, diante do quadro de riscos ambientais, para atender ao padrão de dignidade assegurado no plano jurídico. Nas palavras de Cançado Trindade “a luta pela proteção do meio ambiente acaba se identificando em grande parte com a luta pela proteção dos direitos humanos, quando se tem em mente a melhoria das condições de vida.”⁴¹ Comungando deste pensamento, Sarlet e Fensterseifer asseveram que:

[...] a vida é condição elementar para o exercício da dignidade humana, embora essa não se limite àquela, uma vez que a dignidade não se resume a questões existências

³⁷ SARLET, 2011. p. 48.

³⁸ MEDEIROS, 2004. p. 46.

³⁹ BOSSELMANN, 2010. p. 91.

⁴⁰ MEDEIROS, op. cit., p. 45.

⁴¹ TRINDADE, 1993. p.24.

de natureza meramente biológica ou física, mas exige a proteção da existência humana de forma mais abrangente.⁴²

De fato, percebe-se que o direito ao meio ambiente emergiu de forma definitiva no horizonte jurídico, especialmente no plano internacional, ao ser enquadrado entre os direitos humanos. Desde então, é possível verificar o crescimento de um movimento internacional de preservação e precaução em torno dos recursos ecológicos constatado pela normatização dos padrões ecológicos nas agendas políticas e jurídicas dos Estados. Na comunidade europeia, por exemplo, há referência a um esverdear para conceituar o processo de introdução de preocupações ambientais nos tratados internacionais. Esta evolução gradual do processo de ecologização tem como expoente o Ato Único Europeu “que, em 1987, atribui competências ambientais à Comunidade Europeia”⁴³ e o Tratado de Maastricht, de 1992, “que além de criar uma nova organização internacional regional na Europa, a União Europeia”⁴⁴, incorporou, no artigo 2º do já existente Tratado de Roma, o desenvolvimento sustentável.

4 A POSITIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL DO MEIO AMBIENTE

Em harmonia com a ordem jurídica internacional, o Brasil além de ter sediado a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, ato conformador da Agenda 21, também é signatário de inúmeros⁴⁵ tratados e acordos que objetivam, *prima facie*, a conservação da biodiversidade e o uso racional dos ecossistemas. Tanto a Agenda 21 quanto a Declaração do Rio de Janeiro contém elementos próprios ao direito internacional dos direitos humanos e do direito ambiental, visto que a proteção e o fortalecimento do meio ambiente são questões transfronteiriças e de importância capital que afetam o bem-estar dos povos.⁴⁶

⁴² SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Estado Socioambiental e mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.p. 27

⁴³ CANOTILHO, 2011. p.41.

⁴⁴ CANOTILHO, loc.cit.

⁴⁵ Fernanda Medeiros cita que o Brasil aderiu já em 1946 à Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, em 1985 à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, em 1992, à Convenção sobre a Diversidade Biológica, em 1996, à Convenção Interamericana para a proteção das tartarugas marinhas, entre outros. Ver em MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004. p. 47.

⁴⁶ TRINDADE, 1993. p.43.

Neste passo, os direitos humanos, indissociáveis do ideal de progresso econômico e social, muitas vezes, passam a ser internalizados pelos sistemas nacionais, como é o caso brasileiro, “seja como princípio predominante de nossas relações internacionais, como está no inciso II do artigo 4º, seja como mandamento expressamente admitido no §2 do artigo 5º, ambos da Constituição de 1988”⁴⁷ criando obrigações legais aos Estados que ratificam os tratados internacionais.

Ao mesmo tempo em que o meio ambiente era consagrado pelo direito internacional dos direitos humanos, a positivação da tutela do meio ambiente também ocorreu no plano constitucional brasileiro. A Carta Constitucional Brasileira, que por excelência sistematiza as normas fundamentais da organização do Estado, demonstrou desvelo com o meio ambiente ao reservar capítulo autônomo (art. 225 da Constituição Federal de 1988) para concretizar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como sendo direito de todos, erigindo-o ainda, à condição de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Isto sem antes impor ao Estado e à coletividade o dever de proteção e preservação, em benefício das presentes e futuras gerações, desse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual.

A Constituição, conforme preceitua Jorge Miranda, “é elemento conformado e elemento conformador de relações sociais, bem como resultado e fator de integração política.”⁴⁸ Desta forma, a Constituição Federal de 1988, ao incorporar valores e opções políticas relacionadas com os direitos fundamentais, inovou, especialmente, ao tratar do direito à proteção ao meio ambiente. Seja porque tal princípio descreve uma indispensável atuação do Estado, positiva ou negativa, seja também porque posiciona a coletividade como responsável e colaboradora em busca da preservação ecológica. Isto é, as normas constitucionais ambientais modificam o substrato normativo que circunda o funcionamento do Estado. Legitimam e facilitam a intervenção estatal, regulatória ou não, em favor do ambiente.⁴⁹

O tratamento jurídico do meio ambiente na atual Constituição demonstra a concepção holística e juridicamente autônoma deste *macrobem*⁵⁰ elevado ao status de direito

⁴⁷ MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental**. Proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007. p.59

⁴⁸ MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009. p. 208.

⁴⁹ BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. **Meio ambiente e constituição: uma primeira abordagem**. BDJur, Brasília, DF. p. 10. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8702>>. Acesso em 3 set. 2010.

⁵⁰ Esta expressão é utilizada pelo doutrinador Leite ao expressar que o artigo 225 da Constituição estabelece uma visão ampla de meio ambiente, não restringindo a realidade ambiental a mero conjunto de bens materiais e também por considerar que o meio ambiente deixa de ser visto com entidades singulares concretas que o compõem, passando a ser concebido como um bem abstrato de valor intrínseco. Ver em LEITE, José Rubens

fundamental – em sentido formal e material – justificado em razão da “estrutura normativa do tipo constitucional, na medida em que o rol do artigo 5º (sede principal dos direitos e garantias fundamentais) por força do seu §2, não é exaustivo e, por último, “porquanto sendo uma extensão material do direito à vida, garantido no art. 5º, *caput*, reflexamente, recebe deste as bênçãos e aconchego”⁵¹ na perspectiva de que a garantia da qualidade do meio ambiente é instrumental, pois através dela o que se protege é um valor maior: a qualidade de vida.⁵²

Com base nesta dimensão constitucional ecológica, “o processo histórico de afirmação de direitos humanos e fundamentais e da proteção da pessoa resultou na inserção da proteção ambiental no catálogo dos direitos fundamentais.”⁵³ Traços desta nova perspectiva encontram-se na jurisprudência da Suprema Corte brasileira que reconhece que:

[...] o direito à integridade do meio ambiente constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas num sentido mais abrangente, à própria coletividade social.⁵⁴

Como expressão do desenvolvimento da terceira fase dos direitos humanos, o meio ambiente, “em razão da sua essencialidade à dignidade da pessoa humana, pilar de todo o sistema internacional de proteção dos direitos humanos”⁵⁵ passa a ser concebido, à luz da perspectiva dos direitos socioambientais, como um direito social, reclamando o engajamento do Estado, de cunho defensivo ou prestacional, de modo a concretizar o caráter vital da qualidade ambiental. De tal sorte que a análise dos direitos humanos e fundamentais do meio ambiente é necessária para “fazer a ligação entre tais direitos e os diferentes modelos de Estado, que representam sucessivas formas históricas da sua concretização.”⁵⁶

O Estado, após superar os ideais impostos pelo liberalismo e a fim de minorar as injustiças e opressões econômicas que se desenvolveram a sombra deste modelo, se incumbiu da tarefa de reestruturar a vida econômica e social desorganizada pela restrição dos fins

Morato. Sociedade de Risco e Estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011. p.161.

⁵¹ BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011. p.122.

⁵² SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.

⁵³ SARLET, 2010.p.29.

⁵⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Mandado de Segurança. **MS 22. 164-0/SP**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 30 out. 1995. Disponível em:<www.stf.jus.br>. Acesso em 07 jul. 2011.

⁵⁵ SARLET, 2011. p.37.

⁵⁶ SILVA, Vasco Pereira da. Verde Direito: o direito fundamental ao ambiente. In: DAIBERT, Arlindo (organizador). **Direito Ambiental Comparado**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008. p.21.

estatais.⁵⁷ Além do que lhe foi imposto, deve ser capaz de conjugar os valores fundamentais que emergem das relações sociais “a fim de promover a tutela da dignidade humana frente aos novos riscos ambientais e insegurança gerados pela sociedade tecnológica contemporânea.”⁵⁸

Desta forma, um novo modelo de Estado emerge – um Estado Socioambiental – agora como promotor de um conjunto de interações econômicas, sociais, culturais e ambientais, resultado da transição dos valores que exaltavam o individualismo e o liberalismo para um sistema de contraposição, de confronto e afronta que agregou uma nova postura “através da qual a fria avaliação econômica dos recursos ambientais perde sua primazia exclusivista e individualista.”⁵⁹ Isto porque, ao se introduzir um viés democrático que pressupõem a ação conjunta do Estado e dos indivíduos, valorizando a manutenção das funções ecológicas, tende-se a promover o exercício da cidadania e a gerenciar a problemática ambiental de modo responsável e comprometido.

Conforme leciona José Afonso da Silva, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um campo que “se revela como social, na medida em que sua concreção importa prestação do Poder Público.”⁶⁰ Além da determinação dos meios de atuação, impõe condutas preservacionistas a quantos possam direta ou indiretamente gerar danos ao meio ambiente.⁶¹ Desta forma, vislumbra-se que a Constituição obriga o Estado a atuar preventivamente, sem, contudo, se desligar das medidas repressivas, ao exigir a recuperação do meio ambiente degradado por atividades regulares, e especialmente ao sujeitar as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente a sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados.

Importante lembrar que Canotilho aponta que a objetificação do meio ambiente, como tarefa do Estado, ocorreu nos países que promulgaram em suas Cartas Magnas, recentemente, a formalização do meio ambiente, caso no qual se enquadra a Constituição Brasileira.⁶² Trata-se da consideração do meio ambiente como uma tarefa dirigida ao Estado em cooperação com os demais entes públicos e os grupos da sociedade civil, que se traduz em normas-tarefas impositivas no sentido de não estarem no âmbito de disposição do Poder Público decidir se os recursos naturais devem ou não ser defendidos. Isto é, impõem ao legislador e às outras

⁵⁷ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2008. p. 786-787.

⁵⁸ SARLET, 2010. p.17.

⁵⁹ BENJAMIN, Antônio Herman. **Meio Ambiente e Constituição: uma primeira abordagem**. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Org.). Anais do 6º Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: IMESP, 2002, p.89-101.

⁶⁰ SILVA, 2008, p. 316.

⁶¹ Ibid., p. 848.

⁶² CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos Sobre Direitos Fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. p.181.

entidades o dever de adotar medidas de atuação positiva ou omissiva adequadas à proteção do ambiente.⁶³

Concomitante à consagração constitucional do meio ambiente como tarefa estatal, o sistema jurídico brasileiro também atribuiu deveres de proteção ao Estado, vinculado a todas as esferas institucionais, impondo limites à “liberdade de conformação e adoção de medidas atinentes à tutela do ambiente.”⁶⁴ O Estado interfere através do seu poder regulador e o seu dever de atuação está adstrito “na medida em que os efeitos fáticos de ações relevantes ao meio ambiente forem suficientemente prognosticáveis e delas resultarem risco inadmissíveis para as futuras gerações.”⁶⁵

Tanto a proteção dos direitos humanos fundamentais, quanto dos recursos naturais, requer:

[...] uma intervenção ativa do Estado, que não é requerida pela proteção dos direitos de liberdade, produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma do Estado, o Estado Social. Enquanto os direitos de liberdade nascem contra o superpoder do Estado, os direitos sociais exigem, para a sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado.⁶⁶

Assim, vislumbra-se que o enfrentamento dos problemas ambientais, da erradicação da pobreza, do acesso aos direitos sociais básicos, objetivando o desenvolvimento humano e social de forma sustentável, constitui especial obrigação do Estado concebido por um modelo socioambiental, cumprindo papel ativo e promocional dos direitos humanos fundamentais.

5 O DIREITO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EM RUMO À SUSTENTABILIDADE.

Esta grave crise ambiental, atualmente percebida pela sociedade internacional, é devida a vários fatores, tais como a pressão demográfica, a pobreza, o crescimento excessivo da atividade econômica, os quais contribuem para a degradação dos serviços ambientais, afetando a qualidade de vida. Carson expressa sua visão crítica acerca do fenômeno da

⁶³ Ibid., p. 182.

⁶⁴ SARLET, 2010.p.17.

⁶⁵ KLOEPFER, Michael. A caminho do Estado Ambiental? A transformação do sistema político e econômico da República Federal da Alemanha através da proteção ambiental especialmente desde a perspectiva da ciência jurídica. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p.47 .

⁶⁶ BOBBIO, 2004. p.87.

degradação dos bens naturais ao ponderar que “a rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações se criam acompanham o ritmo impetuoso e insensato do Homem, ao invés de acompanhar o passo deliberado da natureza.”⁶⁷

Isto se deve à adoção do modelo de desenvolvimento capitalista, propagador de estilo de vida desconforme aos meios ecológicos, voltado, tão somente para o aumento do crescimento econômico sem assegurar o acesso equitativo à distribuição da riqueza à população. E os países subdesenvolvidos são os mais diretamente afetados. Suas estruturas econômicas, diferentemente dos países de primeiro mundo, apresentam pouco avanço em termos de inovação tecnológica ou até do próprio sistema econômico, pois nos países mais ricos se concentra apenas 20% da população mundial que se apropriam de 86% do consumo privado, enquanto que os 20% mais pobres da população mundial apropriam menos de 2% do consumo total privado.⁶⁸ Todas estas complexas e imprecisas interações entre os fluxos econômicos e os serviços ecossistêmicos, prescindem de atos de ingerência estatal que estabeleçam “condições de estabilidade ecológica e econômica sustentáveis.”⁶⁹

A Conferência Internacional de Direitos Humanos de 1968 já expressava no seu artigo 12 que a “crescente disparidade entre os países economicamente desenvolvidos e os países em desenvolvimento impedia a realização dos direitos humanos na comunidade internacional” e o artigo 13 assegurava que “a consecução de um progresso duradouro na aplicação dos direitos humanos dependia de boas e eficazes políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento econômico e social.”

Neste cenário, em 1974, o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional contribui enormemente para a compreensão do processo de subdesenvolvimento dos países, no sentido de que o subdesenvolvimento passou a ser concebido não só como uma “etapa histórica” pela qual, todos os países que almejavam o crescimento, deveriam passar. Entre os documentos originados desta conferência⁷⁰, está a Declaração sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional que estabeleceu o objetivo da cooperação internacional e reconheceu que “a disparidade entre os países desenvolvidos e os

⁶⁷ CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1962. p. 16.

⁶⁸ Disponível em: < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/introducaoglob.html> >. Acesso em 10 de ago. 2011.

⁶⁹ SILVA, Solange Teles da. Desenvolvimento Sustentável e Florestas, Reflexões Iniciais. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2010. p.397.

⁷⁰ O Programa de Ação e a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados denunciavam a forma como os países desenvolvidos conduziam o modelo de produção capitalista que favorecia os países desenvolvidos, ao propiciar a repartição desigual do progresso técnico e do trabalho. Conforme VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Econômico Ambiental**. Editora Del Rey, 2004. p.14.

países emergentes continuava aumentando, em um mundo regido por um sistema que favorece a desigualdade.”⁷¹

Desta forma, a caracterização de um direito humano ao desenvolvimento, em 1986, foi pautada a partir da “necessidade do estabelecimento de medidas que garantissem o desenvolvimento econômico e uma justa e equitativa distribuição de riquezas.”⁷² Cançado Trindade pontua:

[...] à luz da Declaração de 1986, requer-se dos Estados, em particular, que estendam o seu leque de preocupações com o crescimento econômico também à condição precária dos grupos mais vulneráveis da sociedade.⁷³

Assim, é inegável que a comunidade internacional presencia a uma situação de subdesenvolvimento e pobreza que se acrescem aos problemas ambientais e, sem dúvida alguma, supõe a negação da efetivação dos direitos humanos mais fundamentais para a maior parte do gênero humano. No entanto, a vinculação do direito ao desenvolvimento e do direito ao meio ambiente sadio têm emergido no reconhecimento do princípio do desenvolvimento sustentável, pioneiramente abordado no Relatório de Brundtland, o qual estabelece que a promoção do desenvolvimento deve estar orientada para atender as demandas da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de responderem às suas próprias necessidades.

A questão do desenvolvimento sustentável e da qualidade ambiental, também para as futuras gerações, exige “restrições das atividades econômicas, considerando as necessidades da preservação do ecossistema e, assim, uma maior reverência pela natureza e distanciamento da visão antropocêntrica radical.”⁷⁴

O princípio do desenvolvimento sustentável, conforme descreve Marcelo Varella, resulta:

[...] da fusão de dois grandes princípios jurídicos: o do direito ao desenvolvimento e o da preservação do meio ambiente. O primeiro é originário do direito internacional econômico, um ramo do direito originado dos movimentos de independência após a Segunda Guerra Mundial. O segundo vem do direito ambiental, trabalhado, sobretudo a partir dos anos 1970.⁷⁵

⁷¹ GÓMEZ ISA, Felipe. **El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional**. Serie Derechos Humanos, vol. 3, Bilbao, Spain: Universidad de Deusto, 1995. p.29.

⁷² SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento e Justiça de Transição – Conexões e Alguns Dilemas. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2010. p.463.

⁷³ TRINDADE, 1993. p.179.

⁷⁴ LEITE, 2004. p. 55.

⁷⁵ VARELLA, 2004. p.6.

A jurisprudência brasileira, neste mesmo sentido, reconhece tal mandamento nuclear do sistema jurídico que coaduna o desenvolvimento humano e social por meio do princípio do desenvolvimento sustentável, que:

[...] além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia⁷⁶

Na verdade, a sociedade se encontra diante de um caso de pura economia: prosperidade e o bem-estar não serão possíveis sem a preservação do acesso aos recursos básicos e serviços ecológicos que sustentam a economia e toda a vida.

Para tanto, a sociedade, a fim de atingir níveis sustentáveis, deve apreender a resistir às provocações do mercado, buscando os possíveis e necessários pontos de contato, circuitos esses que podem cooperar para o desenvolvimento comum dos povos. Com efeito, considera-se como ponto de partida a adoção de um padrão de racionalidade ecológica dos direitos humanos, enquadrado em um contexto de valores coletivos, pondo-se em causa o utilitarismo subjacente em detrimento da racionalidade econômica dos direitos humanos, o qual favorece valores individuais e materiais.⁷⁷ Molinaro⁷⁸ corrobora da compreensão de que a sociedade necessita estar sedimentada em uma ética dos direitos humanos que seja capaz de substituir o ideal materialista que hoje domina o sistema econômico.

O desafio político está em demonstrar que esta não é uma “verdade inconveniente”⁷⁹ para ser resistida, mas uma questão crítica que exige uma ação corajosa do auto-interesse direto de nações. Assim, a comunidade internacional, como um todo, assume a obrigação de proporcionar o desenvolvimento sustentável como “um meio de quebrar este ciclo de pobreza e degradação ambiental, e de fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento para a proteção ambiental.”⁸⁰

⁷⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Ação Direta de Inconstitucionalidade. **ADI 3540 MC/DF**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 01 set. 2005. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 12 ago. 2010.

⁷⁷ BOSSELMANN, 2010. p. 74.

⁷⁸ MOLINARO, Carlos Alberto. Medio ambiente, flujos económicos socioambientales y huella ecológica: injusticia, humillación y diferencia. In: Miguel Ángel Preno Linera; Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). **Los Derechos Sociales como Instrumento de Emancipación**. 1 ed. Pamplona/Espanha: Editorial Aranzadi SA, 2010, v. 01, p. 169-190.

⁷⁹ Global Footprint Network. **Ecological Footprint Atlas 2009**. Global Footprint network, research and standards department, published in November 2009, Oakland, California, United States of America. p.5. Disponível em: <http://www.footprintnetwork.org>. Acesso em 04 de novembro de 2010.

⁸⁰ TRINDADE, 1993. p.166.

Salienta-se que uma definição completa de desenvolvimento econômico envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente, pois com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos através de sua utilização indiscriminada. É prova disto os índices sociais e ambientais desfavoráveis dos países em desenvolvimento, quando comparados com os mesmo índices dos países de primeiro mundo. José Afonso da Silva oportunamente averba que o “desenvolvimento econômico consiste na aplicação direta de toda a tecnologia gerada pelo homem no sentido de criar formas de substituir o que é oferecido pela natureza, com vista, no mais das vezes, à obtenção de lucro.”⁸¹

O propósito que embasa a consecução para um meio ambiente preservado junto com o crescimento econômico também agrega a consolidação da solidariedade internacional. Os povos componentes das Nações Unidas se declararam dispostos a “promover o progresso econômico e a elevar o nível de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade, vislumbrando um mecanismo internacional para promover o progresso socioeconômico de todos os povos.”⁸² Ademais, Sarlet e Fensterseifer incluem a “proteção ambiental no rol dos direitos fundamentais do ser humano”⁸³ por estar alinhada ao ideal constitucional da solidariedade entendida como a expressão da “necessidade fundamental de coexistência (e cooperação) do ser humano em um meio social”⁸⁴ e, sob o viés internacional, “projeta-se também em face dos habitantes de outras nações, das futuras gerações.”⁸⁵

Se não pensada dentro do viés de promoção de sustentabilidade, as atividades econômicas e os modelos de consumo exacerbados serão taxados de obstáculos para o desenvolvimento sustentável. Isto é, tanto sob o viés da limitação dos recursos naturais, quanto pelo da degradação ambiental, a persistência no crescimento econômico fundamentado nos ideais individualistas não é mais uma opção para a sociedade. Isso conduz à compreensão de que “a ambição de ampliar a produtividade não se coaduna com a diversidade da natureza e com seu processo de regeneração, seja em uma visão ecocêntrica, seja em uma visão antropocêntrica”⁸⁶

⁸¹ SILVA, 1995, *passim*.

⁸² GÓMEZ ISA, 1995, p.20.

⁸³ SARLET, 2010.p. 35.

⁸⁴ Id., 2011. p.45.

⁸⁵ Ibid., p.45.

⁸⁶ FARIAS, Paulo José Leite. A Dimensão Econômica do Meio Ambiente. A riqueza dos recursos naturais como direito do homem presente e futuro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008. p.129.

Ao contrário dos economistas, cujos modelos não fornecem nenhuma barreira ao crescimento econômico, os ecologistas estão acostumados com a idéia de limites.⁸⁷ Dentro da perspectiva ecológica, a sustentabilidade compreende o estabelecimento de limites nos níveis do consumo e da pressão demográfica populacional. O homem deve proteger o meio ambiente não só para tutelar a capacidade de aproveitamento deste, a fim de satisfazer necessidades individuais, sob uma visão antropocêntrica, como criaturas consumidoras. Deve, também, pensar na capacidade funcional do patrimônio natural, para se manter o equilíbrio ecológico, independente do benefício direto e instantâneo que advenha ao homem.⁸⁸

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do reconhecimento do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado (direito humano na ordem internacional e fundamental na ordem local) decorre imediata incidência sobre as relações humanas e constitui um passo importante no processo de sua efetivação, de tal forma que a humanidade não só se identifique como parte integrante da natureza, mas como titular de deveres em conjunto com o poder estatal.

A consideração do meio ambiente como direito do homem, fruto da consciência ecológica de percepção e proporção global, revela uma nova postura que a comunidade precisa adotar perante os desafios impostos pela ordem econômica nacional e internacional, pois as preocupações com a proteção e sustentabilidade ambiental devem ser integradas com as necessidades decorrentes de um padrão de vida humana digna. Desta feita, os problemas ambientais demarcados por sua dimensão coletiva implicam, ademais, a assunção de novas tarefas por parte dos poderes estatais de modo a assegurar a efetivação do direito humano e fundamental à qualidade de vida. Um Estado Socioambiental e Democrático de Direito, alicerçado no compromisso com o desenvolvimento sustentável, deve então apontar para a promoção do progresso cultural e socioeconômico dos povos, em sua integralidade, pois a contaminação não obedece a fronteiras geográficas, garantindo a distribuição equitativa e eficaz dos recursos naturais, desde que seu norte esteja fixado na maximização da tutela ambiental, que leve em conta uma simetria entre a apropriação desses recursos. Identifica-se que o ideal da sustentabilidade possivelmente poderá ser conseguido mediante a atuação

⁸⁷ HARRIS, Jonathan M. **Basic Principles of Sustainable Development**. Global Development and Environment Institute. Working Paper 2000-2004. Tufts University. June 2000. p.11. Disponível em: <http://notendur.hi.is/~bdavids/UAU101/Readings/Harris_2000_Sustainable_development.pdf>. Acesso em 30 jul. 2010.

⁸⁸ LEITE, 2004. p. 57.

proativa e reguladora do Estado, impondo os procedimentos e as medidas que tenham por objeto a proteção dos recursos naturais (renováveis e não renováveis) e aliada ao efetivo assecuramento dos direitos do homem.

Assim, enfrentar os desafios que permeiam a ponderada harmonia entre as relações sociais dos seres humanos e a natureza representa um fator preponderante para a consagração do direito humano ao meio ambiente, contribuindo para o bem-estar da coletividade em todas as dimensões do seu entorno.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Antônio Herman. **Meio Ambiente e Constituição: uma primeira abordagem**. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Org.). Anais do 6º Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: IMESP, 2002, p.89-101.

_____. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. **Meio ambiente e constituição: uma primeira abordagem**. BDJur, Brasília, DF. p. 10. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8702>>. Acesso em 3 set. 2010.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Nova Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOSELTMANN, Klaus. Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Mandado de Segurança. **MS 22. 164-0/SP**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 30 out. 1995. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 07 jul. 2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Ação Direta de Inconstitucionalidade. **ADI 3540 MC/DF**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 01 set. 2005. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 12 ago. 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos Sobre Direitos Fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

_____. Direito Constitucional Ambiental Português e da União Européia. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1962.

FARIAS, Paulo José Leite. A Dimensão Econômica do Meio Ambiente. A riqueza dos recursos naturais como direito do homem presente e futuro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008.

FLORES, Joaquín Herrera. Cultura y Derechos Humanos: La Construcción de los Espacios Culturales. In: MARTÍNEZ. Alejandro Rosillo [et al.]. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos no Século XXI**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

_____. Los Derechos Humanos em el Contexto de la Globalización: Tres Precisiones Conceptuales. In: RÚBIO, David Sánchez et al (organizadores). **Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Ecological Footprint Atlas 2009**. Global Footprint network, research and standards department, published in November 2009, Oakland, California, United States of America. p.5. Disponível em:<<http://www.footprintnetwork.org>>. Acesso em 04 de novembro de 2010.

GÓMEZ ISA, Felipe. **El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional**. Serie Derechos Humanos, vol. 3, Bilbao, Spain: Universidad de Deusto, 1995. p.20.

HARRIS, Jonathan M. **Basic Principles of Sustainable Development**. Global Development and Environment Institute. Working Paper 2000-2004. Tufts University. June 2000. p.11. Disponível em:<http://notendur.hi.is/~bdavids/UAU101/Readings/Harris_2000_Sustainable_development.pdf>. Acesso em 30 jul. 2010.

KLOEPFER, Michael. A caminho do Estado Ambiental? A transformação do sistema político e econômico da República Federal da Alemanha através da proteção ambiental especialmente desde a perspectiva da ciência jurídica. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEITE, José Rubens Morato Leite; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na Sociedade de Risco**. 2º Ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LUÑO, Antonio E. Perez. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitucion**. 5. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1995. p.48.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental**. Proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

_____. Medio ambiente, flujos económicos socioambientales y huella ecológica: injusticia, humillación y diferencia. In: Miguel Ángel Preno Linera; Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). **Los Derechos Sociales como Instrumento de Emancipación**. 1 ed. Pamplona/Espanha: Editorial Aranzadi SA, 2010, v. 01, p. 169-190.

PIOVESAN, Flávia. Direito ao Desenvolvimento – Desafios Contemporâneos. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2010.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

_____. **Direitos Humanos: desafios na ordem internacional contemporânea**. In: PIOVESAN, Flávia (coord.). Direitos Humanos. vol.I, Curitiba: Juruá, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 32.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**. Estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011. p.45.

_____. Estado Socioambiental e mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2008.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.

SILVA, Solange Teles da. Desenvolvimento Sustentável e Florestas, Reflexões Iniciais. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2010.

SILVA, Vasco Pereira da. Verde Direito: o direito fundamental ao ambiente. In: DAIBERT, Arlindo (organizador). **Direito Ambiental Comparado**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao Desenvolvimento e Justiça de Transição – Conexões e Alguns Dilemas. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.

_____. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Econômico Ambiental**. Editora Del Rey, 2004.